ÁREAS VERDES PÚBLICAS COMO FERRAMENTA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO O PROJETO ECOCIDADÃOS

Icaro Osinski Soares[1]

RESUMO

As cidades estão se tornado espaços onde se predomina o concreto, em forma de ruas, calçadas e prédios, assim as áreas verdes públicas têm papel fundamental na qualidade de vida da sociedade como um todo, como por exemplo, em parques municipais, espaços que podem ser usados como ferramenta para desenvolver a educação ambiental, que é fator fundamental para o desenvolvimento humano. Assim o presente artigo tem como objetivo demonstrar como uma área verde pública pode ser usada para o desenvolvimento da educação ambiental, usando como exemplo o "Projeto Ecocidadãos" realizado no Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, Campo Mourão – PR, fazendo uma analise qualitativa de seus resultados.

Palavras-chave: Áreas verdes públicas; parque municipal; educação ambiental.

Introdução

Em consequência do advento da tecnologia e de uma nova forma de organização social a população tem cunhado um estilo de vida mais urbano e cada vez mais distante do meio ambiente natural (MATIAS, CAPORUSSO, [2009?]), (MELAZO, COLESANTE, 2003). Desse modo os espaços verdes urbanos possuem uma importância fundamental na qualidade de vida dos cidadãos.

As áreas verdes públicas nesse contexto são espaços onde se proporciona o encontro de diferentes grupos sociais (SOUSA, [2008?]), e podem proporcionar a harmonia do homem com a natureza, por meio de atividades de lazer ou mesmo descanso, influenciando a qualidade de vida das pessoas. Diante desse contexto as áreas verdes assumiram e assumem grande importância na configuração do espaço.

[1] Pós-Graduando na Faculdade Integrado.E-mail: icaroosinski@gmail.com.

Desta forma um dos objetivos da manutenção de áreas verdes públicas é de proporcionar qualidade de vida para a população, principalmente por meio das funções ecológicas, sociais, educativas, estéticas e psicológicas, amenizando as consequências negativas da crescente urbanização (MATIAS, CAPORUSSO, [2009?]).

Áreas verdes públicas são espaços onde predomina a vegetação, são utilizados com objetivos sócios, ambientais, científicos e culturais, e deve primeiramente proporcionar o lazer a todos os cidadãos, as principais áreas verdes públicas são; parques, praças e arborização (LOBODA, DE ANGELIS, 2005).

Um parque urbano e municipal pode ser também uma unidade de conservação que tem seu respaldo legal na lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, chamada de SNUC. Uma unidade de conservação é uma área natural instituída por decreto, seu território é protegido e obedece a normas e restrições de uso, seu principal objetivo é a conservação da biodiversidade.

O objeto de estudo da presente pesquisa esta inserido na categoria parque municipal, que

> tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e contato com a natureza e de ecoturismo. (COSTA, 2002, p. 43.)

Os benefícios a natureza e a sociedade por meio de UC's não se da apenas em virtude da conservação da fauna e da flora, mas também por meio da educação ambiental, que proporciona pessoas com melhor formação educacional, concebendo no futuro pessoas de virtude em prol da natureza.

Dentro das unidades de conservação em especial nos parques municipais a visitação ocorre principalmente em forma de recreação, podendo proporcionar benefícios psicológicos, benefícios na mudança comportamental, benefícios de preservação e benefícios sociais, segundo Takahashi (2004), proporcionando assim cidadãos com mais respeito ao meio ambiente.

Em campo Mourão foi criado em 1987 o Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, hoje ele conta com uma infra-estrutura para receber turistas e visitantes de todas as faixas etárias. A infra-estrutura mais utilizada pelos visitantes é a pista

de caminhada, com 2100 metros que circunda o lago, apesar de o Parque ter alguns atrativos desativados, como é o caso do ecomuseu, a lanchonete e a quadra de areis, o Parque continua sendo um dos atrativos naturais mais visitados em Campo Mourão (SOARES, 2010), podendo ser assim, uma ferramenta para a educação ambiental.

Nesse sentido o Projeto Ecocidadãos busca proporcionar educação ambiental para alunos de quinta série do ensino fundamental, usando o Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira como uma ferramenta para alcançar a sensibilização e reflexões acerca da problemática ambiental. O presente trabalho buscará explicar por meio deste projeto como um parque municipal pode ser usado como ferramenta para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, e consequentemente proporcionar qualidade de vida para a população da cidade.

Áreas Verdes Públicas

As redes urbanas no Brasil vêm se tornando cada vez mais complexas e suas populações têm aumentado de forma significativa, as cidades estão se tornado espaços onde se predomina o concreto, em forma de ruas, calçadas e prédios.

Também em consequência do advento da tecnologia e de uma nova forma de organização social a população tem cunhado um estilo de vida mais urbana e cada vez mais distante do meio ambiente natural (MATIAS, CAPORUSSO, [2009?], MELAZO, COLESANTE, 2003), complementam Melazo e Colesanti (2003) dizendo que o materialismo e o consumismo se sobressaem sob os valores humanos e a relação homem x meio natural. Todos esses aspectos contemporâneos proporcionam um crescimento descontrolado das *pólis* e a carência de políticas eficazes para o ordenamento, planejamento e gestão urbana, e muitas vezes a ausência dos espaços ambientais, fundamental para a qualidade ambiental das cidades. Em decorrência dos problemas social, econômico, político e cultural, o espaço urbano vem se tornando mercadoria, (LOBODA E DE ANGELIS 2005). Desse modo os espaços verdes urbanos possuem uma importância fundamental na qualidade de vida dos cidadãos.

Assim como diz a Constituição Federal de 1988

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 225, Capitulo VI. 1988)

Dessa forma é tido um grande avanço em termos legais no Brasil, em relação aos direitos ambientais dos cidadãos, visto que tal artigo incentiva e garante o direito dos cidadãos a um meio ambiente equilibrado como garantia a qualidade de vida.

As áreas verdes públicas nesse contexto são espaços onde se proporciona o encontro de diferentes grupos sociais (SOUSA, [2008?]). Lamas (1993, p. 102) diz que "a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio". Nesse sentido os espaços verdes públicos podem proporcionar a harmonia do homem com a natureza, por meio de atividades de lazer ou mesmo descanso, influenciando desta forma a qualidade de vida das pessoas que usufruem do espaço verde, haja vista que conforme Jesus e Braga (2005, p. 2) "a qualidade do meio ambiente no qual vivemos influi consideravelmente na própria qualidade de vida".

Diante desse contexto as áreas verdes assumiram e assumem grande importância para a sociedade ao longo dos tempos. Primeiramente a idéia de áreas verdes é visto no Egito e na Grécia com a jardinocultura, porém foi na Grécia Antiga que esses espaços começam a ter função pública como espaço para passeios, com o renascimento surge à preocupação com a arquitetura do jardim com características de praça, porém ainda usado apenas com função estética. Os jardins e praças na forma que conhecemos hoje foram idealizados na Inglaterra, perpetuando por toda a Europa a partir do século XVI, e no Brasil essa idéia foi aplicada já nos primeiros séculos de colonização (LOBODA, DE ANGELIS, 2005).

Desde sua criação os jardins tinham função estética e prazer para a vista e o olfato, a partir do século XIX começa a constituir funções utilitárias principalmente nas zanas urbanas densamente povoadas, primeiramente por meio dos jardins botânicos com plantas medicinais (LOBODA, DE ANGELIS, 2005). Hoje as áreas verdes públicas possuem funções mais complexas, por volta de 1960 e 1970, as praças e parques urbanos sofreram diversas "transformações relacionadas principalmente aos reais objetivos que um parque deve cumprir e assumir no

contexto urbano, como também passam a adquirir diferentes funções sociais" (MELAZO, COLESANTE, 2003, p. 5). Lamas (1993) diz:

> Do canteiro à árvore, ao jardim de bairro ou ao grande parque urbano, as estruturas constituem também elementos identificáveis na estrutura urbana. **Caracterizam a imagem da cidade; têm individualidade própria; desempenha funções precisas: são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços.** (1993, p. 106, o grifo é nosso)

Desta forma um dos objetivos da manutenção de áreas verdes públicas é de proporcionar qualidade de vida para a população, principalmente por meio das funções ecológicas, sociais, educativas, estéticas e psicológicas, amenizando as consequências negativas da crescente urbanização (MATIAS, CAPORUSSO, 2009?). Loboda e De Angelis (2005, p. 7) compartilham da idéia dizendo que "as áreas verdes públicas constituem-se elementos imprescindíveis para o bem estar da população, pois influencia diretamente a saúde física e mental da população". Geram também benefícios ambientais, como a normalização da temperatura e umidade do solo e ar, purificação do ar, amortecimento da poluição sonora, mantém a permeabilidade do solo entre outros benefícios (BENINI, MARTIN, 2010)

Que as áreas verdes públicas surgem para contribuir na qualidade de vida não resta duvidas, basta agora conceituarmos essa áreas. Lima et al. (1994) salienta o problema da falta de uma conceituação única para definir os diferentes tipos de áreas vedes públicas, entre os profissionais que atuam nessa área é necessário uma padronização de termos para evitar erros. Fazermos aqui uma breve apresentação conceitual a fim de se apoiar em uma definição.

Segundo os autores Loboda, De Angelis (2005); Cunha et al. ([2003?]); Benini, Martin (2010); Matias, Caporusso, (2008). Áreas verdes públicas são espaços onde predomina a vegetação, são utilizados com objetivos sócios, ambientais, científicos e culturais, e deve primeiramente proporcionar o lazer a todos os cidadãos que assim deseje.

Fazendo uma analise das obras dos respectivos autores, chegamos a um consenso dos conceitos de praça, parque e arborização, que são os tipos de áreas verdes mais citadas. **Praças;** tem como principal função o lazer, seu tamanho é de pequeno ou médio porte, uma de suas características é sua arquitetura mais

rebuscada, pode possuir ou não vegetação, porem quando possui é mais conhecida como jardim; a **arborização** são os elementos vegetais presentes na cidade, como os arbustos, árvores, plantas e canteiros, podem ser encontrados nas calçadas, nas rotatórias, entre avenidas e quais quer outros espaços sócias da cidade; por fim, os **parques**, nosso objeto de estudo, possuem basicamente as mesmas funções das praças, porém o que caracteriza um parque é sua extensão, maior que as praças e com características de fauna e flora mais marcantes.

Os parques por se tratar de uma área que ocupa um território de aproximadamente 10 hectares ou mais deve haver maiores cuidados, é fundamental que possua um gerenciamento próprio. (CUNHA et al. [2003?]).

Um parque urbano e municipal pode ser também uma unidade de conservação, que é uma área natural instituída por decreto, seu território é protegido e obedece a normas e restrições de uso, seu principal objetivo é a conservação da biodiversidade.

Esse tipo de área verde pública é uma forma de conservar uma área para usufruto da população em prol da qualidade de vida. O parque municipal é uma categoria de unidade de conservação que se difere das demais pelo fato de ser permitida a visitação pública, uma vez que pertence ao grupo das ucs de proteção integral e principalmente de se localizar em uma área urbana.

Parques Municipais Como Unidade De Conservação

No Brasil dentre as áreas protegidas, existem algumas denominadas unidades de conservação que tem seu respaldo legal na lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, chamada de SNUC, (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). O SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

A lei em questão conceitua unidade de conservação como:

> espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (SNUC, 2000. Art. 2º, inc)

O SNUC divide as unidades de conservação em dois grupos que são eles, unidade de uso integral e unidade de uso sustentável.

> O objetivo básico das unidades de proteção integral é preservar a natureza, no Brasil existem leis que estabelece que unidades de conservação em especial os parques, seja passível a exploração turística, possibilitando o contato direto com a natureza proporcionando uma melhor educação ambiental, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. (COSTA, 2002, p. 30).

O SNUC caracteriza unidade de proteção integral como: "manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais" (SNUC, 2000, Art.2º). É o caso do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, objeto de nossa pesquisa, um espaço protegido legalmente, demarcado por fronteiras, e normas que o rege a fim de proteger o seu território de ameaças a sua biodiversidade, podendo apenas sofrer uso indireto que é a situação em "que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais" (SNUC, 2000. Art. 2º).

O objeto de estudo da presente pesquisa esta inserido na categoria parque municipal, que

> (...) tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e contato com a natureza e de ecoturismo. (COSTA, 2002, p. 43.)

Os parques municipais assim como as demais UC's podem ser criados em nível federal, estadual ou municipal, por meio de lei ou decreto, porém para se fundar de fato uma UC é necessário medidas concretas, como infra-estrutura, território, recursos humano entre outros. Segundo COSTAS (2002), as UC's podem ser gerenciadas por diferentes órgãos, de acordo com seu tipo e objetivo, como é o caso do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira que é gerenciado pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente de Campo Mourão – PR.

As unidades de conservação proporcionam a sociedade benefícios por meio da conservação da fauna e da flora e também por meio da educação ambiental que

garante pessoas com melhor formação educacional, concebendo no futuro pessoas de virtude em prol da natureza. A educação ambiental é um processo que visa

> (...) formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam. (UNESCO, 1975, apud MARCATTO, 2002, p. 14)

Uma UC deve possuir um processo de planejamento com a participação da sociedade civil, dessa forma a UC atenderá a comunidade de forma mais efetiva, atendendo assim a vertente social do tripé da sustentabilidade, porém para atender perfeitamente os anseios do desenvolvimento humano é necessário que haja a realização de atividades de lazer e de cunho educacional-ambiental, nesse sentido cabem as escolas e demais órgãos que podem vir a trabalhar com educação desenvolver atividades com as crianças no sentido de estimular a reflexão das crianças para assuntos de natureza ambiental, tais como os problemas vividos pela sua sociedade.

Dentre todas as possibilidades de realizar o lazer, devemos destacar especificamente as áreas verdes públicas, estudada por muitos pesquisadores, como estratégia de desenvolvimento da região, através da educação ambiental.

Dentro das unidades de conservação em especial nos parques municipais a visitação ocorre principalmente em forma de recreação, podendo proporcionar benefícios psicológicos, benefícios na mudança comportamental, benefícios de preservação e benefícios sociais, segundo Takahashi (2004), proporcionando assim cidadãos com mais respeito ao meio ambiente,

> Entende-se como visitação em unidades de conservação as atividades recreativas, educativas e interpretativas realizadas em contato com os atributos naturais e culturais, nas quais o principal objetivo é despertar no visitante o respeito e a importância destes recursos, contribuindo para a consolidação do Sistema nacional de Unidades de Conservação. (JESUS, 2002 apud TAKAHASHI, 2004, p.22).

A recreação em unidades de conservação é assegurada pelo SNUC, onde o parque deve “favorecer condições e promover a educação e a interpretação

ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico" (SNUC, 2000, Art. 4º, item XII).

Parque Municipal Joaquim Teodoro De Oliveira

O então prefeito de Campo Mourão José Pochapski assinou em 1987 o Decreto nº. 170/87 que estabelece a área os limites e as confrontações do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira. Com objetivos de proporcionar lazer, praticas de esporte e contato com a natureza aos cidadãos mourãoense, proporcionando assim maior qualidade de vida. (FERRARI, 2006).

O Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira conta com uma infra-estrutura para receber turistas e visitantes de todas as faixas etárias, seus visitantes são dês de crianças até idosos, para bem receber o público de mais idade foi construído em 2007 uma academia da terceira idade e para as crianças um parquinho com brinquedos infantis. A infra-estrutura mais utilizada pelos visitantes é a pista de caminhada, com 2100 metros ela circunda o lago, o Parque ainda conta com um mirante, um chafariz, duas pontes, estacionamento externo, uma concha acústica, amplo espaço para lazer, uma lanchonete (que atualmente encontra-se desativada) um trapiche e uma barragem formando uma cascata (SANTOS, 2008).

O nome Joaquim Teodoro de Oliveira é em homenagem ao filho de um casal de pioneiros de Campo Mourão, o senhor José Teodoro de Oliveira e a senhora Almira Lemes da Silva que vieram para cidade em 1910, assim como seus pais Joaquim Teodoro de Oliveira foi também de grande importância para Campo Mourão, entre 1938 e 1942 foi delegado de policia da cidade, e teve grande papel na emancipação municipal, em 1951 assumiu a prefeitura de Campo Mourão, e em 1955 foi eleito vereador, Joaquim Teodoro de Oliveira ainda contribuiu na fundação da Cooperativa Agroindustrial COAMO (SANTOS, 2008).

O local onde é hoje o Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira já era usado para fins públicos dês da década de 60, a margem esquerda do Rio do Campo se encontrava o ponto de captação de água para a cidade de Campo Mourão (SOARES, 2010, apud SANTOS, 2008).

No final da década de 70 começaram as obras para o futuro Parque Municipal, foi melhorado a margem esquerda do rio, houve também a construção de um restaurante, churrasqueiras, mesas, quiosques e um estacionamento. (SANTOS, 2008). Já sendo usado para fins de lazer, instituiu-se legalmente em 1987 o Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.

Ao longo dos anos o Parque passou por diversas reformas, a maior ocorreu em 1993, na administração do prefeito Rubens Bueno, a obra mais marcante foi a barragem do rio, dando origem ao logo, na mesma reforma foi construída a pista de caminhada e duas potes, um bebedouro natural, uma quadra de areia e o estacionamento como é hoje na Rua das Andorinhas. Em 2006 a ponte maior passou por uma reconstrução, visto as condições precárias em que se encontrava, sendo concluída em 2007, junto de uma reforma geral, construção da academia da terceira idade, o ecomuseu (hoje desativado) e uma reforma no lago que se encontrava em processo de assoreamento. (SOARES, 2010).

Hoje, apesar de o Parque ter alguns atrativos desativados, como é o caso do ecomuseu, a lanchonete e a quadra de areis, o Parque continua sendo um dos atrativos naturais mais visitados em Campo Mourão, podendo ser assim, uma ferramenta para a educação ambiental.

O “Projeto Ecocidadãos”: Procedimentos Metodológicos E Resultados

O Projeto Ecocidadãos é um projeto que busca proporcionar educação ambiental para alunos de quinta série do ensino fundamental, usando o Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira como uma ferramenta para alcançar o objetivo que é: usar a sensibilização para estimular reflexões acerca da problemática ambiental por meio de palestras e gincanas para alunos das quintas séries do Colégio Marechal Rondon de Campo Mourão – PR.

O projeto aconteceu em dois momentos distintos, em um primeiro momento foram realizadas diversas palestras com temas relacionados com o meio ambiente: combate a incêndio, ministrado pelo Soldado Lara; coleta seletiva e reciclagem de lixo, ministrada pelo Engº Gustavo do Grupo Seleta; e preservação da água, ministrada pela Renata responsável da Sanepar de Campo Mourão. Essa etapa do

projeto foi realizada no refeitório da escola, com todos os alunos das quintas series do período da tarde (por volta de 200).

Foi na segunda etapa do projeto que o Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira foi usado, o desenvolvimento das atividades ocorreu de tal forma: em cada dia da semana uma das turmas foi levada ao Parque onde se realizou atividades e gincanas de cunho ambiental/educacional, na gincana os alunos deveriam, em grupo, recolher os lixos ao longo da trilha (deixados propositalmente, cada objeto foi catalogado para não gerar problemas futuros) e posteriormente depositá-los nas respectivas lixeiras para cada tipo de lixo, metal, plástico, papel e vidro, após essa atividade foi feito um debate com os alunos a fim de discutir o resultado da gincana e colocar em debate outros problemas vividos pela sociedade.

Figura 1: **Primeira etapa do Projeto Ecocidadãos.**
Fonte: Autoria Própria

Figura 2**: Segunda etapa do Projeto Ecocidadãos.**
Fonte: Autoria Própria

A proposta da gincana temática é desenvolver a sensibilização dos estudantes. Para isso faz-se necessário o uso de equipamentos de lazer do Parque, auxiliados de praticas recreativas.

Foi possível verificar durante o decorrer do primeiro dia de atividade (Palestras) o elevado interesse dos alunos para os assuntos abordados sobre meio ambiente, visto nos questionamentos feitos aos palestrantes. A segunda fase do projeto chamou mais atenção em relação aos objetivos alcançados, foi possível perceber que o tema abordado nas gincanas realizadas no Parque foi devidamente absolvido pelos alunos, um indicador disso foram os questionamentos feitos pelos alunos e as próprias discussões entre eles.

Assim podemos concluir que um parque municipal como o Joaquim Teodoro de Oliveira pode e deve ser usado como uma ferramenta para realização de atividades de educação ambiental visto o grande valor que estes representam para a sociedade em termos ecológico e social. Seus recursos naturais permitem ao visitante a interpretação ambiental, que é um dos fatores que proporcionam a educação ambiental, o mesmo, e os demais recursos que um parque municipal possui podem servir de ferramenta para o desenvolvimento de atividades como a citada aqui.

Esperamos com a aplicação do trabalho prático, que as aproximadas 200 crianças entre 10 e 13 anos sejam, no presente e no futuro, pessoas com uma sensibilização ambiental mais capacitada para perceber os problemas sofridos pelo meio ambiente e consequentemente pela sociedade, dessa forma agirem em prol de uma qualidade de vida melhor a qual vemos hoje. Também esperamos dos leitores deste artigo e da sociedade em geral resultados semelhantes e outros possíveis trabalhos como o projeto apresentado aqui. Para que, assim como estes estudantes, tenham sua visão sobre a problemática ambiental mais desenvolvida com maior conhecimento sobre os problemas globais atuais, outras escolas, outros alunos, incluindo e a própria comunidade, também se desenvolva da mesma forma, tendo em vista o desenvolvimento da qualidade de vida da sociedade.

Considerações Finais

As áreas verdes públicas são espaços onde prosperam a natureza, com o objetivo de lazer essas áreas são de grande valia para a qualidade de vida da sociedade, um dos fatores que propiciam o desenvolvimento humano é a possibilidade de se desenvolver a educação ambiental nesses espaços, entre eles os parques municipais.

A necessidade de atividades de cunho educacional/ambiental é evidente, desse modo as áreas verdes públicas assim como parques municipais são de fundamental importância para a prática de atividades que desenvolvem a interpretação e educação ambiental. O despertar para a problemática ambiental entre os estudantes deve ser trabalhado nos primeiros anos de estudo, para assim, com maior facilidade, entender e repassar o conhecimento aprendido aos pais, irmãos, familiares e amigos. Projetos como esse possibilitam as escolas um forma de trabalho mais dinâmica, os alunos aprendem temas fundamentais na pratica. As crianças que absolveram o tema serão pessoas mais sensibilizadas e possivelmente conscientizadas, proporcionando melhor qualidade ambiental para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BENINI, Sandra Medina, MARTIN, Encarnita Salas. **Decifrando as áreas verdes públicas.** Revista Formação, n.17, volume 2, p. 63-80, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira, 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 10/10/2011.

COSTA, Patricia Côrtes. **Unidades de Conservação.** São Paulo: Aleph, 2002.

CUNHA, Andrade de brito e, FERRARI, Analise Anapolski, SARTURI, Cladinara Roberts. **Gestão de áreas verdes públicas municipais com função de lazer na cidade de porto alegre, rs, Brasil.** Porto Alegre: PUCRS, [2003?].

FERRARI, Michele. **Ecoturismo e Unidades de Conservação. Estudo de Caso: Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, Parque do Lago, Campo Mourão – PR. (**monografia) Campo Mourão: FECILCAM, 2006.

JESUS, Silvia Cristina de, BRAGA, Roberto. **Análise espacial das áreas verdes urbanas da Estância de águas de são pedro – SP.** Revista Caminhos de Geografia 18 (16) p. 207- 224, 2005.

LAMAS, Jose Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** Fundação Calouste Gulbenkian. 1993.

BRASIL. **Lei Nº 9,885 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em: 10/10/2011.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira, et all. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaçoes livres, áreas verdes e correlatos**.** São Luiz: **Anais** do II Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, p. 539-553, 1994.

LOBODA, Carlos Roberto, mDE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções**. Guarapuava: Revista Ambiência v.1 n.1 p. 125-139, 2005.

MARCATTO, Celso**. Educação Ambiental**: conceitos e princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MATIAS, Lindon Fonseca, CAPORUSSO, Danúbia. **Áreas Verdes Urbanas: Avaliação Conceitual E Metodológica a partir do Estudo De Caso Na Cidade De Paulínia – São Paulo, Brasil.** Campinas: UNICAMP [2009?].

MELAZO, Guilherme Coelho, COLESANTE, Marlene. **Parques Urbanos: Importantes"Espaços Verdes" na Dinâmica Ambiental Das Cidades.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

SANTOS, João Cláudio Alcântara. **Valor Econômico De Visitação Do Parque Municipal Joaquim Teodoro De Oliveira**: Uma Analise Estatística. (monografia) Campo Mourão: FECILCAM, 2008.

SOARES, Karina Aparecida. **Percepção Ambiental E Unidades De Conservação: Um Estudo Sobre Os Visitantes Do Parque Municipal Joaquim Teodoro De Oliveira De Campo Mourão – PR.** (monografia) Campo Mourão: FECILCAM, 2010.

SOUSA, Felipe Silveira de. **Os Parques Urbanos Em Porto Alegre:** O Espaço Público E Suas Complexidades**.** São José, [2008?].

TAKAHASHI, Leide. **Uso público em unidades de conservação.** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2004.